

Compra

-4. SET. 20. 18

HERMANO NEVES

HERCULANO NUNES

Fora da Lei!



SUMMARIO

Na Agonia — Alguns aspectos da estranha situação politica que nos governa. — Os chefes politicos republicanos estão de oratorio. — A amnistia e as demissões de funcionarios publicos. — João Franco rehabilitado. Como pode fazer-se a restauração da monarchia. — Uma farça indecorosa.

Carta ao Tenente Francisco de Aragão — O Sul de Angola, estrangeiro. — Saudações ao Kaiser. — Os internados. — Paz octaviana. — A indiferença perante os acontecimentos. — O medo. — Como em Portugal pensamos da Allemanha — O pedido da Inglaterra. — Inter-vem a politica. — O fim da guerra europeia.

Commentarios — Liberdade de imprensa. — O tenente Constancio.

N.º 1 = Lisboa, 29 de Abril de 1915

HERMANNO IRVING
HERCULANO MINER

Tota da lei!



SUMMARY

The summary section contains several paragraphs of text, which are extremely faint and difficult to read. The text appears to be a technical or scientific report, possibly related to the 'HERCULANO MINER' mentioned in the header. The paragraphs are separated by small gaps, and the overall layout is centered within a rectangular border.

N. 1 Lisboa, 20 de Maio de 1912

Fóra da lei!

Lisboa, 29 de Abril de 1915

Directores, editores e proprietarios, Hermano Neves e Herculano Nunes
Composição e Impressão, Tipografia Leiria, Rua da Horta Sêcca, 64
Administração e Deposito na Livraria Ventura Abrantes, Rua do Alecrim, 80

O facto de voluntariamente nos collocarmos fóra da lei, outra coisa não significa mais do que a affirmacão de uma necessidade urgente: entendemos que n'este grave momento da vida nacional é indispensavel proclamar-se sem rodeios e sem hesitações tudo o que supomos a verdade.

Fóra da lei, quer dizer, libertos de preconceitos, de convenções, de hypocrisias, de conveniencias, orientados apenas pelo interesse supremo de um paiz cujas energias tardam em despertar, guiados tão sómente pelo desejo de contribuir, com um pouco de esforço, para o grande esforço de patriótica resurreição que é indispensavel surgir em Portugal. Fora da lei é tudo isto, mas é mais alguma coisa ainda: é a garantia de uma independencia formal de clientellas e de partidos politicos, cujos interesses só consideramos legitimos quando se confundem com os interesses geraes da nação.

Quando alguém se propõe escrever n'esta ordem de ideias, corre manifestamente um grande perigo: o de desagradar a gregos e troyanos. Resta-nos n'esse caso a satisfacão egoista de não termos deixado passar sem um protesto a obra nefasta dos politicos. Será um platonismo. Será. Mas a consciencia do dever cumprido é ainda n'esse caso o melhor premio de consolação.

Hermano Neves.

Herculano Nunes.

Na agonia...

Alguns aspectos da extranha situação politica que nos governa

Para que manter illusões, se ellas a ninguem aproveitam? O regimen está na agonia. Os chefes politicos republicanos estão de oratorio. Sente-se, adivinha-se o desmorronar de tudo isso que para ahi está com o nome de Republica e as apparencias de monarchia. Mais dois passos para a frente e o Sr. D. Manuel installa-se outra vez nas Necessidades.

Estas situações artificiosas, feitas de habilidades e de equivocos, não duram muito tempo. Provou-o a experiência da monarchia, que é de ha cinco annos e que parece datar d'um seculo, tão esquecida está dos homens d'hoje. As transigencias da monarchia com os republicanos e o odio que separavam os politicos que diziam servil-a apresaram o advento da Republica; hoje, as mesmas causas estão preparando identicos effeitos.

Ninguem se illuda: ou o povo é ainda suscetivel d'outra vez sentir a fé republicana e na hora definitiva a Republica triumphar, ou elle não acorda para a salvar e tudo isto se afunda n'um lodaçal de transigencias e de humilhações. Essa fé republicana encontrou-a o Sr. João Chagas esmorecida em 1911, quando veio de Paris presidir ao primeiro governo constitucional da Republica. Ouvi-lhe a affirmação n'um discurso da Camara dos deputados. Que dirá s. ex.^a hoje, que passaram mais quatro annos de luctas enraivecidas entre os homens que representavam para o povo o symbolo d'aquella fé?

*

*

*

Eu não acredito que o Sr. Pimenta de Castro seja capaz de vibrar na Republica um golpe traiçoeiro. Suponho que são muito debeis as suas convicções republicanas, mas

confio na lealdade do seu character e na honra da sua palavra. Não me repugna acreditar que o seu espírito sofra de momentaneos desequilibrios, mas não sou dos que vão até ao ponto de julgar que elles se traduzam conscienciente na pratica d'uma ignominia.

Quanto ao Sr. Ministro do Interior, a pasta por onde correm todos os assumptos que mais directamente se prendem com a defeza da Republica, sei que elle apenas trouxe para a politica a vaga recommendação de ter inventado o torpedo fixo. Aspecto de excelente creatura inofensiva, amiga de dizer a sua laracha brejeira e de cumprir obedientemente as ordens d'um superior. O superior que lhe dá ordens é o Sr. Pimenta de Castro.

Mas é indifferente, para que a situação actual nos conduza á restauração monarchica, que o chefe do governo e o seu acolyto do Interior a estejam preparando conscienciente ou inconscienciente. Tambem o Sr. Teixeira de Sousa não pensava entregar a monarchia aos seus adversarios e a verdade é que as circumstancias, mais fortes que a sua vontade, lhe determinaram quasi esse papel; e desde que o movimento militar de Janeiro, apresentado como simples gesto de solidariedade, perdeu esse character para se transformar n'uma insurreição com objectivos politicos ninguem sabe até onde nos poderá levar.

*

*

*

A amnistia não representou a generosidade sempre bella do vencedor que estende a sua mão forte ao adversario enfraquecido. Muito longe d'isso, foi uma transigencia e foi uma humilhação. Comprehendia-se uma amnistia larga, completa, votada pelo parlamento, nos termos constitucionaes, e decretada por um governo que encarnasse bem o espírito de defeza republicana. Mas assim, assignado o respectivo decreto por um ministro, o Sr. Guilherme Moreira, que pretende escorar a sua situação governamental na influencia politica dos monarchicos Srs. Conde d'Agueda e Candido Sotto Mayor, ella devia repugnar, pela miseria que representa, aos próprios que d'ella se aproveitaram.

Para justificar as demissões de funcionarios publicos realisadas por este governo, e quero destacar como mais iniquas e revoltantes as dos Srs. Luiz Derouet e Manuel Monteiro, já se chegou a dizer na imprensa que de igual modo tinha procedido o governo provisorio da Republica. Mas então é este o governo provisorio da monarchia? Elle pode invocar, como o da Republica, as mesmas razões supremas de defeza que cabem de direito aos regimens novos, aquecidos ainda pelo fogo revolucionario que os implantou?

*
* *

Eu sei que se apresenta, como justificação de todas as prepotencias praticadas pelo actual governo, a necessidade de combater a demagogia, de a exterminar, de a reduzir á impotencia mais absoluta. A demagogia é a "formiga branca". A "formiga branca" é o partido democratico. Deplo- ravel confusão que só o odio politico pode explicar, ce- gando a inteligencia de muitos republicanos, não os deixando vêr o perigo que a todos ameaça. O partido democratico é combatido com tão rancorosa furia que já não é licito separar a Republica dos ataques que lhe são dirigidos. A Republica, na opinião d'alguns republicanos que pre- tendem servil-a com dedicação e lealdade, tem sido o ar- bitrio, a corrupção, a bandalheira. Exageram-se, deformam- se os erros praticados, e esquecem-se os incontestaveis be- neficios que ella trouxe ao paiz.

A formiga branca... Houve abusos, é certo, violen- cias, indignidades que revoltaram todas as consciencias justas. Mas nem a formiga branca foi a unica formiga que as praticou, nem o partido democratico tem a exclusiva responsabilidade d'esses desmandos — inevitaveis, de res- to, em todos os regimens que atravessam um periodo de transição e que se implantaram sem que os precedesse uma lenta preparação da massa popular, muito dada a erguer e a derrubar idolos, pouco propria a assimilar as vantagens d'um regimen democratico.

Mas, se se pretendia combater o democratismo sem

se comprometter a causa da Republica, e se esse partido traduz ou diz traduzir a corrente radical do paiz, porque não foram chamados a governar alguns dos politicos que se apoiam na corrente conservadora? Ahi estavam os srs. drs. Antonio José d'Almeida e Brito Camacho. Ambos elles guerreiam o democratismo. Eram garantia segura de que esse partido teria de acceitar um decisivo cartel de desafio. Porque não os chamou o sr. dr. Manuel de Arriaga, se o movimento militar de janeiro nada mais era que um gesto de solidariedade e se um d'aquelles dois chefes republicanos, o sr. dr. Brito Camacho, com a auctoridade do seu nome e as responsabilidades da sua situação politica, o alcunhara de nobilissimo gesto?

Hoje, ninguem sabe quaes são as forças republicanas que apoiam as ilegalidades praticadas por este governo. O sr. dr. Antonio José de Almeida defende-o porque supõe què não ha protestos que o derrubem sem o risco de se envolverem na sua queda os destinos da República. Nem outra razão pode apresentar sua ex.^a, porque combateu o movimento militar, verdadeiro golpe de Estado, que lhe deu origem.

O sr. dr. Brito Camacho, declarando-se quasi em opposição no dia em que o governo se constituiu, passou depois a prestar-lhe um apoio pouco efficaz, visto que se dispensa de justificar as ilegalidades que elle pratica, não falando já na attitude nobre do seu correligionario sr. dr. Jacintho Nunes perante o golpe da dissolução das camaras.

Quem é então que apoia, sem hesitações, a acção do governo? Os monarchicos. São elles quem manda, são elles quem indica ao sr. Pimenta de Castro qual deve ser a sua orientação politica. Isto comprehende-se? Isto póde caminhar, mais algum tempo, sem que a monarchia se restaure ou sem que os energias da alma republicana despertem para a lucta?

Não póde. Esta situação só se explica pela falta de decisão dos monarchicos e pela quebra do espirito republicano. Fossem os monarchicos audaciosos e não tardaria que o sr. D. Manuel estivesse outra vez no Paço das Necessidades; houvesse convicções republicanas e o sr.

Pimenta de Castro não se manteria mais 24 horas na secretaria do ministerio da guerra.

*

*

*

A comparação da dictadura João Franco com a dictadura Pimenta de Castro só resulta em beneficio do primeiro. O sr. João Franco está rehabilitado, Que sinceramente o confessem todos os republicanos. Nunca elle fez, com razões maiores, o que este governo está fazendo. Dissolveu o parlamento? Mas a carta constitucional auctorisava-o a isso. Foi uma violencia cometida dentro da lei. Dissolveu as camaras municipaes? E' certo, mas com o codigo administrativo na mão, que conferia taes attribuições ao poder executivo. O sr. Pimenta de Castro não dissolve o parlamento mas vae até ao ponto de impedir que deputados e senadores entrem no edificio das côrtes, attentando d'esse modo contra a Constituição da Republica. Dissolve as camaras municipaes, quando a Constituição impede a ingerencia do poder executivo nas corporações administrativas. Demitte funcionarios publicos, arbitrariamente, revoltantemente, sem poder sequer n'esse ponto copiar o modelo João Franço, porque a tal se não atreveu a dictadura de 1897.

Depois, o Sr. João Franco tinha um programma, tinha um partido, estava rodeado de uma duzia de homens de talento. Sabia-se o que queria, emfim. Este governo ninguem sabe o que quer nem para onde vae. As violencias do Sr. João Franco tendiam á defeza do regimen que elle servia, eram justificadas pela guerra sem treguas que lhe moviam os adversarios d'esse regimen. Agora, as violencias do Sr. Pimenta de Castro dirigem-se contra republicanos e são apoiadas por monarchicos. Os proprios partidos que pallidamente o apoiam não tentam justificar, uma por uma, essas violencias.

O Sr. João Franco apprehendeu e supprimiu jornaes? Tambem é certo, mas depois de lhes dar toda a liberdade para entravarem a sua acção, n'um largo periodo em que todas as accusações se fizeram ao seu governo e ao rei,

desde a evocação da historia do granadeiro até á insinuação da dictadura de suborno e sangue. E' vêr a imprensa d'esse tempo. Este ainda não entrou n'esse caminho? Lá chegaremos. O boato de suspensão de garantias anda nos ares...

*

*

*

Como pode fazer-se a restauração da monarchia? Ou por um golpe de mão audacioso, antes das eleições, ou por uma pacifica votação no proximo Congresso. A simples presença, em Portugal, de Paíva Couceiro, João de Almeida e Azevedo Coutinho, bem aproveitado o prestigio que os rodeia, facilita extremamente a tentativa. Um dia, os republicanos acordam, esfregam os olhos estremunhados, pegam no jornal e leem:

Esta madrugada, um grupo de revoltosos tomou conta dos Ministerios e da Camara Municipal e declarou restaurada a monarchia. Uma delegação foi a Belem convidar o Sr. Dr. Manuel de Arriaga a abandonar o Paço. Está proclamado o estado de sitio em todo o paiz. Os ministros foram presos em suas casas. O governo provisorio é constituido pelos Srs. Fulanos.

E, enquanto os republicanos passarão tempo a descompôr-se mais uma vez e a averiguar se a culpa da queda da Republica foi do Sr. Affonso Costa, do Sr. Antonio Jose de Almeida ou do Sr. Brito Camacho, os monarchicos aguardarão com tranquillidade a chegada do Sr. D. Manuel.

O outro processo tambem é seguro. Basta que o actual governo presida ás eleições, continuando a empregar os processos politicos que está usando, de transigencia com os monarchicos e de lucta contra os republicanos. Uma consulta ás urnas reflecte sempre, mais ou menos, a influencia dominante nas espheras governamentaes. Que essa influencia bafeje mais os monarchicos n'uma parcella minima e elles vão trazer ás Camaras 25 a 30 deputados. O governo, por sua parte, sem representar nenhum programma, sem se apoiar em nenhum partido, não occulta a sua pretensão de fazer eleger um forte nucleo de candidatos. Republica-

nos firmes, decididos, com que o regimen possa contar em todos os lances? Não. Sabe-se já que muitos d'elles apresentam como titulo de recommendação o seu amor da Patria, o seu immenso desejo de a verem mais prospera e mais feliz. Não duvido, e está bem que assim seja. Simplesmente, dentro d'essa formula tanto cabe a Republica como cabe a monarchia. E como estranhar, por isso, que amanhã, os deputados governamentais se encontrem ligados aos deputados monarchicos em qualquer problema que interesse á vida do regimen? Em face d'esse aggregado homogeneo encontrar-se-hão as forças dispersas dos partidos republicanos, evolucionistas, democraticos, unionistas e reformistas, todos elles mutuamente se guerreando, com contas a ajustar entre uns e outros, todos elles separados por aquellas palavras irreparaveis que abrem feridas que nunca mais deixam de sangrar. Esses fragmentos da alma republicana, assim esfrangalhada e dolorida, fraca barreira poderão oppôr ás investidas do inimigo commum.

Se o governo quer, com sincera boa vontade, empregar o seu valimento na solução da crise dos partidos, favorecendo a criação d'uma força conservadora que possa defrontar-se com o partido democratico, porque não se inclina para o evolucionismo ou para a União Republicana, tornando possivel a maioria do Congresso para qualquer d'esses dois partidos? Se não quer inclinar-se para nenhum d'elles, se não encontra motivos de preferencia, porque não os beneficia na razão das massas eleitoraes de que cada um d'elles dispõe, garantindo aos dois reunidos uma forte maioria e deixando que as circumstancias se encarreguem de os transformar n'uma unica força conservadora?

*
* *

A situação é essa — e ella impressiona, sobretudo, pela falta de logica, pelo equivoco que representa. O Sr. Pimenta de Castro podia governar contra os democraticos, mas apoiando-se claramente, exclusivamente, nos outros dois partidos da Republica, e não se esquecendo que os monar-

chicos já fizeram quatro tentativas revolucionarias n'este curto periodo da existencia da Republica. Mas a sua acção, exercendo-se contra os democraticos, é simultaneamente a favor dos partidarios do Sr. D. Manuel. E' para elles e com receio d'elles que o Sr. Pimenta de Castro governa. Houve uma situação semelhante no tempo da monarchia. Foi no periodo que decorreu desde o regicidio até ao día 5 de Outubro. Eram os republicanos quem governava. As suas imposições eram as que mais pesavam nos gabinetes dos ministros e no Paço real. Resultado: fez-se a Republica. O Sr. Dr. Martins de Carvalho, que não pode ser accusado de inimigo menos franco, ainda ha duas semanas escrevia estas palavras nas columnas do "Nacional": "n'uma republica, a politica monarchica só pode ser transição para a monarchia, nunca vacina contra ella".

*

*

*

As transigencias do governo com os inimigos do regimen dão-se quando estes affirmam sem rebuço que teem pela sua causa a grande maioria da nação. Isto é deprimente para os republicanos e aviltante para os monarchicos. Se assim fosse, os primeiros sustentariam a Republica pela complacencia dos seus inimigos; estes não fariam a monarchia por falta de coragem ou por commiseração para com os republicanos.

Teem os monarchicos a força pelo seu lado? Pois façam então a monarchia, com todos os demonios, mas façam-na depressa. Escrevam quanto antes um ponto final n'esta indecorosa farça que vem sendo desempenhada no tablado da politica. Os actores e os comparsas vão tão mal nos seus papeis que os espectadores principiam a sentir vontade de atirar as suas bengalas para a scena. E talvez os republicanos, voltando á opposição, se decidam depois com energia a proclamar a Republica — pela primeira vez.

Herculano Nunes

CARTA PUBLICA

Ao Tenente Francisco de Aragão

**Prisioneiro de Guerra, com 63 militares
portuguezes, na colonia al-
lemã do Sudoeste Africano**

Já no Sul de Angola, meu amigo, deixou de tremular a bandeira da nossa patria. Por via de qualquer misterioso processo que constitue o que pomposamente se chama o segredo das chancellarias, essa região que você durante dias sem fim palmilhou á torreira do sol, que você, ao lado dos seus companheiros d'armas, com unhas e dentes defendeu, que você regou de suor e de sangue, essa boa terra portugueza, meu querido tenente, já não pertence a Portugal. Hão-de ter-lh'o dito por mais de uma vez, no seu exilio de soldado, esses soldados que o levaram. E você ha de por certo ter interrogado muita vez os seus presentimentos, no apprehensivo aneio de conhecer o que se passa longe, muito longe, para lá d'esse areal monotono e deserto, para lá das montanhas, para lá do mar, no encantado paiz onde se deixa um lar e uma familia para se ir soffrer ou morrer a duas mil leguas de distancia.

Aragão: você não sabe, e é tão cruel que o saiba, que quasi mais valera ter ficado n'aquella tragica manhã de Naulila, com o grande sorriso dos heroes e um fio de sangue a escorrer pelo canto do labio. Você não sabe que ainda antes de terem cicatrisado os ferimentos recebidos em combate, ao passo que já corria de boca em boca a noticia da cilada onde de perto viu a morte e tanto outros dos seus camaradas a encontraram, o governo portuguez saudou, na pessoa do seu representante diplomatico — o Kaiser allemão, que fazia annos.

Não sabe você, prisioneiro de guerra após a lucta em que defendeu a integridade do nosso territorio contra o insulto de uma invasão, que essa invasão não existiu para os esphingicos detentores do nosso destino politico, que esse insulto não foi um insulto, que esse combate não foi um combate, que os mortos, os feridos, os prisioneiros não são mortos, nem prisioneiros, nem feridos d'uma guerra authentica e leal.

Para os dirigentes do nosso paiz, os senhores foram apenas victimas de um simples incidente de fronteira, de qualquer coisa comparavel a uma rixa vulgar entre carabineiros e guarda-fiscaes. O Aragão e os seus sessenta e tres companheiros de exilio não são prisioneiros de guerra, pela simples razão de que não ha guerra. São — internados. E' uma formula que sobressalta menos e não deixa tambem de corresponder á verdade.

E como não houve combate, como não houve invasão, como não houve insulto, as relações entre Portugal e a Allemanha continuam a ter o character de uma situação amigavel. Nós temos tido muito juizo, meu caro tenente. Tanto juizo, que já vae passado o tempo de uma gestação desde que as nações se engalfinharam, e ainda não parimos um simples motivo de discordia, e continuamos bem com Deus e com o Diabo, e os nossos representantes passeiam tanto á vontade na Unter-den-Linden e no Prater como no Bois-de-Boulogne e no Hyde-Park.

Esta paz octaviana merece o applauso do bom senso, e você sabe que terrivel coisa é o bom senso da nossa terra. Uma formula commoda, sobretudo quando, em vez dos agrestes espinheiros do caminho e da perspectiva de fomes, sedes e traições, se nos deparam tardes suaves na Rua do Ouro, refeições a horas e a cavaqueira amena dos cafés.

Não, meu amigo, desengane-se. Não tenha nos seus ocios de Windhuk a illusão de que, ao chegar aqui a noticia do "incidente de Naulila", ao serem publicadas as listas officiaes em que você, se me não engano, foi dado como morto, a multidão se arrojou louca de indignação, a inundar as ruas com o seu tragico desespero... Se suppoz escutar os echos longiquos d'essa onda popular

clamando, sublime, o "Delenda Germaniae" vingador, pode ter a certeza de que a sua imaginação interpretou mal os ventos do deserto. O crepitar da fusilaria, o troar dos canhões, as ordens seccas, dadas com os dentes cerrados, em repellões de nervosismo, o ruido das cargas heroicas, o grito dos que tombam, o estertor dos agonisantes, os gemidos dos que pedem agua ou supplicam que os acabem de matar; nada d'isso tambem se ouviu aqui, n'esta terra de paz, onde a suprema preocupação do homem consiste em viver o melhor possivel á custa do minimo possivel de esforço. Veiu com effeito a notícia de Naulila. Muita gente decerto nem já se lembra d'ella. Eu tenho ideia de que se fallou um pouco d'isso nas redacções e nos centros de cavaco.

Mas o povo? perguntará você. O povo, meu amigo, assemelha-se a um planeta que só reflecte a luz recebida do sol ou das estrellas. O povo não tem iniciativas; é sempre o instrumento dos seus idolos. Se o não commovem, não se move, mórmente quando as situações se lhe apresentam confusas. Ora é difficil imaginar situação mais nebulosa do que é actualmente a nossa. O povo não percebe: nem o povo, nem ninguem, nem mesmo os que a crearam. Vive-se n'uma expectativa que tem muito da pas-maceira morbida dos cretinos. Espalha-se:

— Mataram-nos tantos soldados em Africa...

O interlocutor sorri alarvemente e diz — apenas para dizer alguma coisa:

— Ah! Sim?!...

— Os allemães occuparam o nosso Sul d'Angola!

— O Sul d'Angola? E' boa!...

E não se passa d'isto.

Depois, ha outro factor que apenas cito para memoria, e cuja allusão não desenvolvo pela simples razão de que você, tenente Aragão, o não comprehenderá nunca. É o medo. Recuso-me formalmente a admittir que você perceba isto. Apenas lhe direi que existem pessoas a quem, desde o início da guerra europeia, só reconheci um acto corajoso: o de provarem a cada passo que não tem coragem. Para lhe explicar o que isto é, vêr-me-hia obrigado a vencer as difficuldades de um preceptor que tivesse de en-

sinar a uma creança de tres annos a theoria de Fresnell ou a Critica da Razão Pura...

O medo de uns, a confusão estabelecida por outros, a incompetencia, a inconsciencia, as "habilidades", as paixões de politica partidaria que sobrelevam os proprios interesses vitaes da nação, todo este lamentavel cortejo de razões contribuiu para collocar Portugal na situação mais indefinivel da sua vida historica. Somos um paiz que não é neutral, nem belligerante, que não se encontra em estado de guerra e soffre todas as consequencias d'ella, que cumprimenta o Kaiser, e se bate com os seus soldados, que perde os seus soldados e que admira a Allemanha, que detesta a Allemanha mas não quer ajudar a Inglaterra, que manda armas para Inglaterra e libras para Berlim; amigos, inimigos, indifferentes — somos enfim tudo e não somos coisa nenhuma. Vamos, no meio d'esta barafunda, vêr se se apura qualquer coisa de positivo e exponhamol-o methodicamente, para que fique elucidado.

Ha, n'esta Republica, monarchicos e republicanos. Ha até monarchicos que parecem republicanos e republicanos que são tal qual monarchicos. N'uma hora grave, talvez decisiva para a existencia da nacionalidade, não se reconheceu o momento opportuno para uma tregua. Está-se jogando a sorte das nações. Entre nós discutem-se qualidades de regimen. Que pensam os republicanos em relação á Allemanha? Detestam-n'a. Que pensam os monarchicos? Uns detestam-n'a, outros admiram-n'a, outros ainda desejam sinceramente que ella saia victoriosa da actual conflagração, talvez por estarem convencidos de que, por essa forma, teriam a monarchia restaurada sem o minimo esforço. A maior parte deseja a victoria da Allemanha, simplesmente porque os republicanos anceiam pela sua derrota. Uns e outros, para formularem uma opinião, averiguam primeiro qual a opinião do seu adversario e collocam-se sem mais investigações no polo opposto.

Desde o principio da conflagração europeia que se discute entre nós qual a melhor forma de honrar os compromissos que nos impõe a velha alliança com a Grã Bretanha. Queriam uns que se mandassem homens, outros, que auxiliassemos com a remessa de material de guerra os

exercitos alliados, outros ainda que fizessemos tão sómente tudo o que a Inglaterra nos pedisse, e apenas isso. A muitos espiritos da nossa terra que se jactam de pertencer a uma "élite", não repugnou a ideia de uma vassalagem infinitamente mais vexatoria que a de um protectorado da Hottentocia. A Inglaterra pediria, attendendo aos nossos limitados recursos, aquillo que lhe pudesse dar.

Um dia, a Inglaterra pediu. Camaradas seus partem para Londres, avistam-se com lord Kitchener, escutam a opinião de French, lançam-se as bases de uma convenção militar destinada a regular a participação da divtsão portugueza na guerra da Flandres, e um d'elles, á volta, tem esta phrase significativa:

— Se depois do que está combinado não mandassemos gente a combater nos campos da Europa, correremos o risco de desaparecer como nação livre...

Não mandámos ninguém. Porquê? A divisão chegou a estar organisada no papel. Tinham-se combinado com o Estado Maior inglez os minimos detalhes: a alimentação dos soldados, o numero de viaturas, a questão das munições. No seu palacete da rua do Seculo, Sua Ex.^a o ministro da Allemanha sorria, ao ter conhecimento das reformas constantes de officiaes do nosso exercito que a saude impedia de partir na divisão portugueza... Ao ministro da Guerra eram diariamente entregues cartas protestando contra a participação de Portugal. Até a esposa de um camarada seu, meu caro tenente, dirigiu ao general Pereira d'Eça uma longa exposição escripta em estilo de regulamento de campanha, pedindo que não chamassem o marido, porque era pae de sete filhos!

Depois, interveiu a politica. Bradavam-se fulminantes accusações contra os governos. A Inglaterra, não contente com o fornecimento que lhe tinhamos feito de espingardas, canhões e cartuchos, pedira tambem homens? Isso não fora mais do que a consequencia das instantes offertas que lhe tinham feito os nossos estadistas. Quem os autorisára a dispôr assim do nosso sangue e do nosso dinheiro? Como tinham elles o topete de lançar com animo leve milhares de portuguezes para o "matadouro"? Pouco faltou para que os não apodassem de traidores.

Meu querido Aragão: a divisão portugueza não foi, e já agora não irá. Houve um camarada e amigo seu, enojado, que desertou, para ir sósinho, a Inglaterra, resgatar o nosso compromisso. A nossa divisão não irá mais; não iria mesmo que, "una voce", os seis milhões de portuguezes concordassem na participação do nosso paiz ao lado dos alliados no conflicto europeu. Quando em Londres se falla por acaso na possivel intervenção de Portugal, os inglezes sorriem. Em França, respondem: "bah! c'est de la blague", e mudam de conversa.

No immenso laboratorio da campanha prepara-se um novo destino politico do mundo. Tenho a impressão de que a Allemanha não será aniquilada, como o não será um só dos seus adversarios. A guerra ha de terminar este anno, por uma combinação diplomatica, em que a França retomará a posse da Alsacia e da Lorena; a Belgica, esse povo formidavel e heroico, será restabelecida com as devidas compensações no seu primitivo papel historico e politico; a Servia e o Montenegro reclamarão, como de justiça, o premio das nações corajosas. Só a Austria e a Turquia sahirão da contenda com irreparaveis amputações. E o destino da nossa terra? . . .

O sul de Angola já não é nosso, meu amigo. Missionarios e agentes allemães mantem no espirito do gentio o desprestigio do nosso poder. Creia que poucos, muito poucos, aqui, se incommodam com isso. Mas d'esses poucos nenhum, como eu, deixará de pensar em meio de todas as nossas miserias de character, das nossas indecisões, das nossas covardias, que houve alguém — você e os seus companheiros d'armas — que na hora suprema salvou a honra do convento. E' com o seu exemplo, meu bravo tenente, que devemos educar uma geração que desponta afim de que os nossos filhos façam de Portugal, mais tarde, aquillo que nós hoje não pudemos ou não soubemos fazer. E' a historia do seu arrojo que é preciso que recitem de cór as creanças das escolas. São os prisioneiros de guerra de Naulila, hoje nossos remorsos e testemunho vivo da nossa vergonha que hão de constituir a base moral da reabilitação futura d'este paiz.

Hermano Neves

COMMENTARIOS

O tenente Constancio reintegrado no exercito.

Diz-se por ahi que vai ser reintegrado no exercito o tenente Constancio. Não acreditamos. Seria o cumulo da inconsequencia. O tenente Constancio, embora amnistiado, não deixa de ser o official que ha seis mezes provocou a rebelião de Matra, onde chegou a haver mortos. A Republica não pode, por dignidade sua, acceitar de novo os seus serviços. Pelo seu lado, o ex-official do exercito não concordaria decerto em servir outra vez o regimen contra o qual se revoltou ha seis mezes. E' tambem uma questão de dignidade pessoal. O tenente Constancio só pode ser reintegrado nas suas antigas funções militares quando no paiz se restaurar a forma monarchica — o que não tardará muito se o actual governo seguir o caminho que está seguindo...

*

O que pensamos sobre liberdade de imprensa.

Somos pela absoluta liberdade de imprensa, concedida sem restricções aos jornaes de todas as côres politicas. Perfilhamos a velha formula da «maxima liberdade dentro da maxima responsabilidade», e queremos que esta só possa ser effectivada perante os tribunaes. Entendemos que o poder executivo e os seus delegados de confiança politica não devem exercer nenhuma especie de fiscalisação, directa ou indirecta, ás claras ou disfarçadamente, sobre a imprensa. Ha uma lei que pune com rigor todos os delictos praticados por jornalistas no exercicio da sua profissão. Que os delegados do ministerio publico a façam cumprir — e isso bastará para a defeza do regimen e para a salvaguarda do prestigio das entidades officiaes que a lei põe a coberto de injurias.

Somos declaradamente, absolutamente, contra todas as violencias commettidas pela multidão sobre a imprensa. Os assaltos ás sedes dos jornaes, sejam quaes forem os pretextos invocados em sua defeza, só compromettem os regimens que os permitem. Ainda se comprehendem essas violencias, embora nunca se justifiquem, quando as nações estão sujeitas a um estado revolucionario, em que não ha lei, nem garantias, nem direitos. D'outra forma, apenas traduzem os sentimentos anarchicos de uma sociedade em revolta.

Isto dizemos no nosso primeiro numero, como affirmação de principios que professamos e como propositos d'uma solidariedade que desejamos manter.

Printed by J. G. ...



Preço : 4 centavos

